



**DE UMA LUTA SINGULAR À UMA CAUSA EXEMPLAR:
OS ATAQUES CONTRA ESTÁTUAS E REFERÊNCIAS
MEMORIAIS, NA ESTEIRA DA MORTE DE GEORGE
FLOYD**

João Paulo Rodrigues*

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

perfejp@yahoo.com.br

RESUMO: Uma série de atos contra monumentos e referências memoriais, em diversos países, se sucedeu às imagens agônicas da morte do cidadão negro estadunidense George Floyd, nos últimos meses. Para além do ataque a estátua do traficante de escravos inglês Edward Colston, personagens que, aparentemente, não guardavam nenhuma relação com a violência policial contra Floyd tiveram suas efígies questionadas, a exemplo de James Cook, na Austrália, e os bandeirantes, no Brasil. Tomando como fontes matérias publicadas em jornais e revistas e valendo-se, sobretudo, das reflexões teóricas de Michael Pollak e Pierre Nora, este artigo se dedica a analisar as disputas de memória que se puseram em marcha nessa onda contestatória recente, contra referências imagéticas que se espalham pelas paisagens de diversos países pelo mundo.

PALAVRAS-CHAVE: George Floyd – Estátuas – Memória

**FROM A UNIQUE FIGHT TO AN EXEMPLARY CAUSE:
THE ATTACKS AGAINST STATUES AND MEMORIAL
REFERENCES, ON THE AFTERMATH OF GEORGE
FLOYD'S DEATH**

ABSTRACT: A series of acts against monuments and memorial references, on several countries, occurred after the agonizing images of the black U.S. citizen George Floyd's death in the last months. Beyond the attack on the statue of Edward Colston, a slave trafficker, characters that, apparently, were not related to the police violence against Floyd had their effigies questioned, as in the example of James Cook in Australia and the Brazilian bandeirantes. Taking as source articles published by newspapers and magazines together, especially, with the theoretical reflections from Michael Pollak and Pierre Nora, this article is dedicated to analyze the memory disputes that were in evidence in this recent wave of

* Doutor em história pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp (2009). Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

contention, against the visual references that are spread through the landscape of countless countries around the world.

KEYWORDS: George Floyd – Statues – Memory

INTRODUÇÃO

Dentre as milhões de imagens que circulam pelo globo terrestre diariamente, algumas obtiveram destaque particular nos últimos meses, graças ao caráter impetuoso das ações populares que registravam e à importância histórica que o momento logo pareceu ter. Em plena pandemia de covid-19, uma multidão tomou conta das ruas de Bristol, na Inglaterra, e, em ato disruptivo, botou abaixo a estátua de Edward Colston, famoso no país pelas numerosas benfeitorias e obras de caridade que realizou, ao mesmo tempo em que construía verdadeira fortuna explorando o tráfico de escravos no Atlântico do século XVII.

Alguns dias antes, vale recordar, outras imagens ainda mais impactantes já haviam atravessado o planeta, impulsionadas por um misto de espanto, indignação e revolta. O cidadão negro estadunidense George Floyd (1973-2020) morria asfixiado sob os joelhos do policial branco Derek Chauvin, que o manteve imobilizado, em condições que prejudicavam o seu fluxo respiratório, por cerca de nove minutos (até a morte), não obstante os pedidos angustiados de Floyd por seu direito de respirar e os clamores de diversas testemunhas que, contrariadas, presenciaram o fato.

Ora, essas duas imagens de repercussão internacional estão ligadas umbilicalmente, como é sabido. Não apenas porque foi a morte dramática de George Floyd, nos Estados Unidos, que detonou as manifestações que resultaram na derrubada da estátua de Colston, na Inglaterra, mas também porque elas serviram como combustível (em especial a primeira) para uma série de outras manifestações populares mundo afora, inserindo-se, assim, em um campo temático tão rico e interessante quanto vasto e complexo; na verdade, não abarcável nos limites de um artigo.

À vista disso, o que se propõe nas páginas deste texto é discutir apenas uma parte dos problemas pela ocasião evocados:¹ isto é, a questão das disputas de memória

¹ Basta correr os sites de jornais e de revistas para se ter noção do conjunto de especialidades mobilizadas para tentar entender o que está acontecendo. Também pelo caráter recente dos eventos, as interpretações de historiadores ainda têm sido marcadas muito mais pela avaliação imediata dos fatos,

que se puseram em marcha nessa onda contestatória detonada pela morte (filmada) de Floyd. Com efeito, em curtíssimo espaço de tempo, essa série de atos atingiu diversos países e continentes, voltando-se contra imagens conformadas em monumentos e referências memoriais muitas vezes sem relação alguma com a morte de Floyd, como as estátuas e nomes de ruas dedicados a colonizadores e sertanistas, por exemplo. Por que, afinal de contas, os manifestos que se voltavam inicialmente contra a violência policial e o racismo de hoje nos Estados Unidos alcançaram monumentos tão distintos, antigos e espalhados pelas paisagens do mundo quanto o de James Cook, na Austrália, os bandeirantes, no Brasil, e a estátua de Colston, na Inglaterra? Pode-se dizer que, no âmbito da memória, a revolta ultrapassou sua causa inicial, assumindo também outros sentidos mais amplos?

Ao longo deste artigo, levantaremos a hipótese de que sim. No entendimento a ser aqui desenvolvido, a onda contestatória contra referências visuais de memória que se seguiu à morte de Floyd converteu-se, rapidamente, em uma luta democrática de memórias historicamente silenciadas, mediante os revezes atuais daquelas memórias hegemônicas que outrora as subjugavam, nos termos das teorias de Michael Pollak (1989; 1992) e Pierre Nora (1993), entre outros autores. Começemos, então, pelo campo teórico que abriga essa discussão proposta.

A MEMÓRIA COMO ESPAÇO DE DISPUTA: UMA LEITURA DE MICHAEL POLLAK

Não são recentes os debates sobre a memória, em suas dimensões individuais e coletivas,² pessoais e sociais. No campo da história, todavia, as últimas décadas do século XX registraram um aumento significativo de produções sobre o tema,

sob a demanda da mídia, do que propriamente por análise de fontes e balanços mais sistemáticos em livros e periódicos acadêmicos. Este texto, nesse sentido, almeja contribuir para esses debates que começam a ganhar forma.

² Não há consenso sobre a noção de memória coletiva, isto é, a memória de um grupo, existindo, inclusive, pesquisadores que consideram inapropriado o uso da expressão. Conforme Philippe Joutard, entretanto, a prática da pesquisa deixa clara a existência desse tipo de memória: “Tenho, de minha parte, procurado distinguir quem são hoje ‘os heróis da história da França’, a partir de duas questões simples - uma aberta, que diz: ‘se você pudesse conversar com um personagem da história da França, quem você escolheria?’; e outra, fechada: em lista de 13 nomes, indicar aquele que nos é mais simpático. De modo muito rápido, distinguem-se os nomes mais votados, os mais fortes; existe uma coerência e uma lógica. Por certo, neste caso, na lista das instituições, a mais global e poderosa, o Estado, é sempre determinante; a seguir, a escola, mas não apenas ela.” (JOUTARD, 2007, p. 224).

capitaneadas quer pela preeminência contemporânea do mesmo, quer pelas transformações epistemológicas da própria disciplina, que buscou desde então apartar-se, cuidadosamente, da memória.

Esse esforço heurístico, vale dizer, revelou-se recompensador, principalmente ao permitir que os historiadores conhecessem melhor o funcionamento e a organização das memórias individuais e coletivas. Aos poucos, foi ficando claro que, longe de ser apenas um espaço de recordação espontânea dos fatos que ocuparam lugar mais relevante no passado de indivíduos e grupos, a memória é, na verdade, uma (re)construção. Ela permite, de fato, o “pequeno milagre do reconhecimento” (RICOEUR, 2007), ou seja, o contato íntimo com o passado vivido, mas está sujeita, no entanto, a seleções, manipulações, esquecimentos, apagamentos, omissões e abusos. Além disso, as investigações realizadas também foram mostrando que a memória possui funções sociais muito importantes.

Nesse cenário, Michael Pollak, sociólogo que escreveu sua obra num momento do século XX em que o “dever de memória” das vítimas de regimes totalitários se impunha fortemente e que exerceu influência relevante sobre os historiadores nas últimas décadas, chamou atenção para algumas questões teóricas de singular importância para o tema deste artigo.

Em linhas gerais, Pollak destacou que a memória coletiva – de grupos pequenos ou grandes, de nações, clubes de futebol, bairros, etc. – se integra em tentativas “de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (1989, p. 9). Em seus dizeres, “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”. (1989, p. 9).

Como se vê pela argumentação de Pollak, para além de relembrar fatos do passado, a memória possui funções que são expressivas o bastante para protagonizarem proezas como manter nações unidas, diferenciando umas das outras, conferir identidade aos seus cidadãos, pelo sentimento de pertença que os entrelaça, em suma, para assegurar a coesão interna de diferentes grupos e a defesa de suas fronteiras: “[...] eis as duas funções essenciais da memória comum” (1989, p. 9).

São funções bastante expressivas, cabe dizer. Clubes de futebol, por exemplo, ou partidos políticos valem-se de lembranças selecionadas do passado para unir seus seguidores e diferenciar-se dos rivais. Contudo, para que essas diferentes tarefas sociais da memória tenham êxito, existe um preço a se pagar, sobreleva Pollak: a imposição da leitura do passado proposta pelos setores dominantes no grupo sobre as minorias que dele participam.³ Aqui, um exemplo apresentado pelo autor se faz necessário.

Na Alemanha de após Segunda Guerra Mundial, muitos judeus sobreviventes à perseguição nazista, para poder continuar vivendo no país tiveram que manter suas memórias guardadas em silêncio, dado que o relato das experiências vividas era constrangedor e pesado demais para o restante daquela coletividade. Assim, esse tipo de lembrança restou condenado à existência recôndita, para que outros tipos de leitura do passado, aceitáveis à maioria do grupo, pudessem se firmar. Esse era parte do preço para a reconstrução do já dividido país após a guerra: o silêncio, voluntário ou imposto, de algumas memórias, para que as fissuras evocadas por elas não viessem a sangrar e dividir ainda mais a nação.

Como este, diversos outros exemplos poderiam ser citados. Imagine se um grupo de insatisfeitos em um partido político que tem como bandeira a honestidade, decidisse tornar públicos eventuais desvios de dinheiro público cometidos pelo partido no passado? Para assegurar a coesão, as fronteiras e a identidade do grupo, portanto, o silêncio (nesse caso, imoral) precisa ser imposto as lembranças desta minoria, em detrimento de outras recordações menos desabonadoras, que serão exaltadas.

É justamente neste ponto, do caráter em certa medida impositivo e arbitrário da memória no exercício de suas tarefas, que as investigações de Michael Pollak se detêm com maior cuidado. Contrapondo-se à interpretação do também sociólogo Maurice Halbwachs (2003) – que, aliás, marcou época nos estudos sobre memória –, Pollak afirmará que a memória coletiva, para exercer suas funções sociais, não será um espaço de consenso e harmonia, como teria dado a entender Halbwachs. Pelo contrário. A memória, segundo Pollak, é bem mais o terreno da imposição. São os setores mais

³ Cabe esclarecer que minoria não significa necessariamente um grupo pequeno. Conforme Anthony Giddens, “os membros de um grupo minoritário” são aqueles que “estão em situação de desvantagem quando comparados com o grupo dominante – um grupo que possui mais riqueza, poder e prestígio”. No entanto, em vários casos, a “minoria” pode compor a maior parte da população (GIDDENS, 2012. p. 453-454).

fortes que dela participam que, em geral, definirão o que fará ou não parte da memória do grupo, silenciando as lembranças minoritárias, como as dos judeus na Alemanha do pós-guerra. Só assim, a coesão estará assegurada, ante “divisões ameaçadoras”.

Também por isso, “os monumentos, [...] o patrimônio arquitetônico e seu estilo, [...], as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias” (POLLAK, 1989, p. 3), esses pontos de referência enquadrados pelo grupo para balizar sua memória, estarão quase sempre consagrando os heróis de alguns, a despeito dos de outros, incensando as referências de uma parte, enquanto deixam outra sem o reconhecimento esperado.

Se é assim, Pollak insistirá, entretanto, que o silêncio ou a aparente uniformidade infligida às minorias não significarão conformismo ou esquecimento das lembranças e referências não permitidas ou não aceitas pela coletividade que as engloba. Estudando grupos em situações-limite, como deportados, sobreviventes do holocausto, vítimas de regimes opressores, entre outros, o autor demonstrará que as memórias minoritárias, constrangedoras, dolorosas ou politicamente silenciadas podem sobreviver por muito tempo de forma subterrânea, guardadas nos espaços de minorias, transmitidas ocasionalmente por gerações, sem muito alarde ou barulho. E mais. Como lembranças reprimidas, denegadas, ameaçadas pela uniformização arbitrária, essas memórias subterrâneas só conseguirão vir à tona nos momentos em que turbulências profundas acometam a saúde das memórias coletivas já estruturadas, que do contrário não o permitirão.

Um exemplo interessante apresentado pelo sociólogo são as memórias das vítimas de Stalin na União Soviética. Estas, quando sobreviviam à perseguição política, eram abafadas pelo poderio do regime, até que a morte de Stalin ocasionou brechas para que tais lembranças invadissem o palco principal. E tal foi o impacto da revisão sob o governo de Nikita Khrushchev (1955-1964) ou no final da Guerra Fria, que uma memória vigorosa que sustentava o regime ruiu perigosamente, contribuindo para levar ao fim a existência do próprio regime.

Michael Pollak, portanto, ao explorar por dentro a composição da memória, suas funções sociais e relações de poder, contribuiu de maneira decisiva para tornar claro que, longe de ser apenas uma recordação involuntária dos fatos mais relevantes do

passado, a memória coletiva é uma construção social, com tarefas relevantes na sociedade.⁴ Mais do que isso, Pollak mostrou que a memória coletiva não é um espaço de harmonia plena e igualdade de direitos, como *a priori* se poderia pensar. Embora ela possa ser, de fato, representativa para uma porção dos membros do grupo, em algum canto haverá outros silenciados, reprimidos, cujas recordações não foram democraticamente permitidas. Desta feita, na esteira do pensamento de Pollak, não seria exagero dizer que faz parte da memória a imposição, assim como a disputa e a tensão, estas últimas, no entanto, mais visíveis nos momentos de turbulência profunda.

A essa altura, algumas questões relacionadas àquelas do início precisam ser postas: afinal, as reflexões de Michael Pollak que expusemos até aqui podem ser usadas para explicar, de alguma forma, as contestações e ataques intercontinentais a monumentos variados, como os de James Cook, Cristóvão Colombo e dos bandeirantes, que acontecem na esteira das imagens da morte de George Floyd e da derrubada da estátua de Colston, mencionadas no início? Essa onda contestatória, para além de expressar a revolta frente à violência policial contra um cidadão negro, teria se convertido em uma luta de memórias silenciadas, reprimidas, como as de descendentes de escravos e outros povos explorados por esses conquistadores/colonizadores, por exemplo? Se sim, estaríamos vivendo hoje uma turbulência geral de memórias coletivas, o que teria aberto o caminho para que o avanço das memórias subterrâneas ou arbitrariamente uniformizadas pudesse agora acontecer? Começemos por essa última parte da questão (que para Pollak é fundamental), isto é, as memórias coletivas/enquadradas estão em crise?

O TEMPO DOS LUGARES DE MEMÓRIA...

Tratando das memórias coletivas, o antropólogo francês Joël Candau ressaltou que:

Doutrinas, contos, relatos, mitos inscritos em uma trama narrativa, são as pedras angulares de memórias fortemente estruturadas [...]. Essas grandes categorias organizadoras de representações identitárias

⁴ Embora meritório e escolhido para balizar as reflexões deste artigo, Pollak não foi o primeiro e nem o último autor a explorar a memória “por dentro”. Há diversos outros pesquisadores expressivos que poderiam ser citados nesse sentido e que o leitor pode consultar, como Joutard (2007) e Rousso (1985), etc.

coletivas são mais eficazes quando dispõem [...] de meios de memória: escola, igreja, Estado, família, que com suas práticas e ritos diversos difundem e fazem viver essas grandes memórias organizadoras. (CANDAUI, 2014, p. 182).

Ora, ao longo do século XX, com o apoio de diferentes meios de memória, nos parece claro que as grandes memórias coletivas, organizadoras, que ajudavam a delimitar fronteiras, identidades e coesões, como dizia Pollak, gozaram de expressiva duração e estabilidade, evitando, na maioria das vezes, eventuais ameaças de memórias silenciadas. Isso se nota em exemplos diversos, como os das memórias nacionais. No caso da França, Pierre Nora, na famosa introdução à coleção **Les lieux de mémoire**, publicada em artigo no Brasil em 1993, ressalta a força que essa memória teve por séculos, nutrida, inclusive, pelos serviços dos historiadores, que atuaram como uma espécie de intelectuais orgânicos no enquadramento de uma memória gloriosa, afinal, “Nada se equipara [equiparava] ao tom de responsabilidade nacional do historiador, meio padre, meio soldado [...]” (NORA, 1993, p. 11).

Não foi muito diferente, para pensarmos em exemplos mais próximos, a situação da memória nacional brasileira. Por aqui, instituições apoiadas pelo Estado exerceram papel fundamental, seja na construção de uma memória oficial da nação, seja na reprodução da mesma a sucessivas gerações de cidadãos. É bastante conhecido, aliás, o peso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX, o qual, por meio de concurso, selecionou e premiou a narrativa de Karl Friedrich von Martius acerca de como deveria ser escrita a história do Brasil. Não obstante as hierarquizações e silenciamentos que produzia, a obra foi tomada como parâmetro, nos anos seguintes, acerca do que seria a história do Brasil e dos brasileiros. Nesse caso, vale lembrar, as minorias (que não eram tão pequenas assim) foram “condenadas” a ver e ouvir a exaltação de muitos que, além de não os representarem, ainda haviam sido seus algozes no passado.

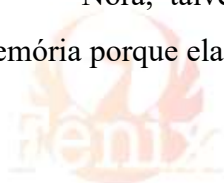
Fechando a lista de exemplos, os Estados Unidos, palco onde eclodiram com maior evidência as manifestações atuais, também evidenciam que as memórias dos negros, indígenas e minorias, por muito tempo, não tiveram o reconhecimento merecido. Por lá, acabaram inferiorizadas perante o mito do conquistador norte-americano em sua expansão a oeste, quando cumpriria, com isso, um pretense destino manifesto. É esse conquistador e são as tradições do *self-made man* que estão

consagrados, predominantemente, em monumentos, praças, logradouros, heróis nacionais, datas célebres e ilimitadas referências país afora.

Com efeito, esse sucesso prolongado das memórias coletivas em nações diversas, que, sem dúvida, transmite uma sensação de eternidade, de estabilidade não conturbável, não nos deve levar, no entanto, a descartar a suspeita em exame nesta parte do texto, acerca de uma possível “turbulência” atual da memória, seguida da erupção de memórias silenciadas, em larga escala. Isso porque se, por longo tempo, prevaleceu o enquadramento representado nos exemplos citados, inesperadamente, algo parece ter acontecido no final do século XX, que mudou a sorte das memórias nacionais e também de outros grupos variados, em diversas partes do mundo, rompendo os equilíbrios e estabilidades que as caracterizavam até ali.

De maneira surpreendente, memórias outrora vigorosas – como as de países, regiões, partidos políticos, associações – se viram aos poucos enfraquecidas, incapazes de manter o mesmo viço de antes, de se atualizar, em suma, em crise de sustentação.

Nora, talvez com algum exagero, chegou a afirmar que “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (1993, p. 7),⁵ ou ainda:



www.revistafenix.pro.br

É o mundo inteiro que entrou na dança [...]. Fim das sociedades-memórias, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem do passado regular ao futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro [...] (NORA, 1993, p. 8).

A hegemonia de memórias pesadas, como a da nação francesa, se via abalada em relação ao que fora antes, ao caráter espontâneo e ao apego que já tivera. Em lugar dessas grandes memórias, que perderam seus meios de sustentação, que deixaram de ser transmitidas espontaneamente entre as gerações, o historiador francês destaca que sobrariam os lugares de memória, os “restos”:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos-testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade [...].

⁵ Importante ficar claro que Nora não está afirmando o final de toda forma de memória, uma vez que ele mesmo diria que a “memória verdadeira” acabara por abrigar-se “no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio”. (NORA, 1993, p. 14).

Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. (NORA, 1993 p. 12-13)

A corrida para salvar esses “restos” mediante o avanço da perda, por reaver um ardor desarraigado, marcaria, então, o nosso tempo: “O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios [...] a dignidade virtual do memorável” (1993, p. 14).⁶

Naturalmente, uma crise da memória como essa não veio do nada. Joël Candau, por exemplo, informa que um extenso e heterogêneo rol de fatores já foi apontado como causa. Segundo ele,

Todo um arsenal de argumentos, figuras retóricas e noções diversas são utilizados para dar conta dessa evolução [...]. Descreveremos ainda o fim das grandes narrativas, a corrosão dos grandes mitos fundadores, as ideologias caindo em desuso, o dismantelamento das memórias oficiais, a desintegração do tecido social, a passagem dos indivíduos da heteronímia à autonomia, a emergência de ordens improváveis, o refluxo das ‘simbolizações unificadoras’, [...] o fim da história (Fukuyama), a “crise das grandes utopias transformadoras”, o desaparecimento dos grandes paradigmas unificadores [...] etc. (CANDAU, 2014, p. 185)

Mais importante nesta parte do texto do que definir com absoluta precisão o que levou a essa crise contemporânea da memória, porém, é – constatada sua real existência – descobrir se ela realmente significou, como perguntamos no final da sessão anterior, uma ocasião de profunda e geral turbulência, a qual teria propiciado a erupção de memórias silenciadas, de que trata Pollak. Tal como a morte de Stalin, que permitiu uma importante revisão de memória irrigada pelas vítimas na União Soviética, estaríamos agora frente a algo semelhante, só que em proporções exponencialmente maiores? Ou em termos específicos – para ir ao cerne do problema –, a onda de ataques a diferentes monumentos, que se sucedeu à morte filmada de Floyd, para além do sentido singular que possui, de manifestar a revolta despertada pela comoção da cena da morte exibida mundialmente, representaria a erupção brusca de alguma memória

⁶ Por certo, essa reflexão pioneira de Nora precisa ser entendida em seu devido contexto de produção, nos anos de 1980, quando essa crise contemporânea da memória começava a se fazer evidente. Depois disso, o próprio Nora voltou ao assunto em outros volumes de **Les lieux de mémoire**, avaliando os usos da noção de lugares de memória, sem, no entanto, refutar o que havia escrito. Para mais informações sobre a repercussão e crítica da coleção **Les lieux de mémoire** ver Enders (1993).

silenciada, como a de descendentes de povos explorados por aqueles cujas effgies são atacadas, mediante a possível crise atual da memória enquadrada que a oprimia?

Sem fecharmos as respostas ou nos sujeitarmos, aprioristicamente, à hipótese que a esta altura se insinua – de que sim, essa série de atos despertada por um acontecimento singular converteu-se na insurgência de uma ou mais memórias subalternas, ante a crise de sua opressora –, passemos à análise das fontes. Por meio delas, poderemos, enfim, esclarecer se, de fato, a crise constatada, ao menos nesse caso, significou a erupção de memórias silenciadas e se, realmente, a série de protestos atual representa alguma dessas memórias silenciadas, como acreditamos representar.

UMA ONDA DE PROTESTOS SE LEVANTA

Com efeito, como já dito algumas vezes, a morte de George Floyd nos Estados Unidos desencadeou uma onda de manifestações mundo afora, que atingiu numerosas e distintas referências de memória. O quadro 1, nesse sentido, apresenta uma amostragem dessas atividades contestatórias que se sucederam à morte de Floyd, mantendo alguma relação, mesmo que indireta, com ela. Vejamos.

Quadro 1 – Manifestações contra monumentos e referências de memória após a morte de George Floyd, em 25/05/2020

Tipo de evento	Motivação	Local	Data
Jefferson Davis; Robert Lee; Albert Pike; Charles Linn; memorial confederado em Jacksonville – monumentos derrubados, pichados, incendiados ou removidos	Confederados na Guerra Civil Americana (1861-1865); racismo	Richmond; Washington; Charlottesville; Montgomery; Jacksonville; Birmingham/ EUA	Mai e junho de 2020
Cristóvão Colombo – estátua jogada em rio; decapitada; pichada ou depredada	Conquista e exploração de povos	Richmond; Boston; Wilkes-Barre; Spring; Houston; Miami/ EUA	Junho de 2020
Juan Ponce de León –estátua pichada	Conquista e exploração de povos	Miami/ EUA	Junho de 2020
Thomas Jefferson; George Washington; Andrew Jackson; John McDonogh; Williams Carter Wickham; John Sutter – monumentos derrubados, pichados, incendiados ou removidos	Proprietários de escravos	Portland; Washington; Nova Orleans; Richmond; Sacramento/ EUA	Junho de 2020

Theodore Roosevelt; Matthew Deady; Frank Rizzo; Edward Ward Carmack; Estátua “One Riot, One Ranger” – monumentos derrubados, pichados, incendiados ou removidos	Ações racistas e contra os direitos humanos	Nova York; Eugene; Filadélfia; Tennessee; Dallas / EUA	Junho de 2020
James McGill – pedido de remoção de estátua	Proprietário de escravos	Montreal/ Canadá	Junho de 2020
Monumentos às Bandeiras e Borba Gato – pressão para remoção	Escravidão e massacre de índios	São Paulo/ Brasil	Junho e julho de 2020
Edward Colston; Robert Milligan – estátua depredada ou atirada em rio	Traficantes de escravos	Bristol; Londres/ Inglaterra	Junho de 2020
Winston Churchill – pichada	Racismo	Londres/ Inglaterra	Junho de 2020
“Relógio do sol” – remoção	Escravidão e racismo	Dunham/ R. Unido	Junho de 2020
Movimento “Derrubem os Racistas” – contra mais de 50 estátuas, entre as quais: James Cook, Cecil Rhodes, Charles James Napier, Francis Drake, Robert Blake, Horatio Nelson e William Gladstone	Proprietários de escravos, conquistadores ou racistas	Reino Unido	Junho e julho de 2020
Robbie Burns; Rainha Vitória – estátuas pichadas	Racismo e exploração de povos	Dunedin/ Escócia	Junho de 2020
Leopoldo II, rei da Bélgica – pichação, queima e remoção da estátua	Conquista, exploração e violência contra povos colonizados no Congo	Antuérpia/ Bélgica	Junho de 2020
Pequena Sereia – pichação da estátua	Na pichação inscreveu-se “peixe racista”	Copenhague/ Dinamarca	03/07/2020
Jean-Baptiste Colbert – estátua depredada	Autor do “Código Noir”, que governava escravos nas colônias francesas	Paris/ França	23/06/2020
Campanha com colocação de placas nas ruas que homenageavam pessoas ligadas à escravidão, explicando seus crimes	Justiça histórica contra opressores e racistas	Bordeaux/ França	Junho de 2020
Padre Antônio Vieira – estátua pichada	Conquista e escravidão	Lisboa/ Portugal	11/06/2020
Indro Montanelli – estátua desfigurada	Racismo e ligação com colonização do Chipre	Milão/ Itália	13/06/2020
Winston Churchill – pichada	Racismo	Praga/ Rep. Checa	11/06/2020
John Hamilton – estátua removida	Colonização e exploração de povos	Hamilton/ Nova Zelândia	12/06/2020
James Cook – pichação	Conquista e exploração	Sydney/ Austrália	14/06/2020
Farinha “Tia Jemima”, inspirada em mulher escravizada – marca extinta	Acusação de racismo	EUA	Junho de 2020

Nome e brasão do time de futebol-americano Redskins – vai mudar	Pressão social por alusões racistas a indígenas	EUA	Julho de 2020
Cerveja Cafuza – retirada de comercialização	Rótulo com imagem de mulher negra; racismo	São Paulo/ Brasil	Junho de 2020
Lã de aço Krespinha, da Bombril – produto extinto	Acusação de racismo	Brasil	Junho de 2020
“Porto Alegre contra o racismo na rua” – manifesto contra homenagens a Barão de Cotejipe, David Canabarro e até Getúlio Vargas em logradouros	Proprietários de escravos, racistas ou ditadores	Porto Alegre/Brasil	Junho e julho de 2020

Fontes: Disponível em: <http://tendencee.com.br/2020/06/conheca-as-29-estatuas-historicas-que-foram-destruidas-e-o-que-elas-significam/#:~:text=anunciee-.Conhe%C3%A7a%20as%20est%C3%A1tuas%20hist%C3%B3ricas%20que%20foram%20destru%C3%ADdas%20em%20v%C3%A1rias%20cidades%20do%20mundo.> Acesso em: 11/08/2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/quais-foram-estatuas-afetadas-pelos-protestos-antirracistas-no-mundo.phtml> Acesso em: 11/08/2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/07/17/nao-e-so-estatuas-marcas-tentam-livrar-seus-produtos-de-historico-racista.htm> Acesso em: 11/08/2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/07/o-que-fazer-com-ruas-e-estatuas-que-homenageiam-figuras-associadas-ao-racismo-estudiosos-debatem-solucoes-ckc6btb6f0032013ibribg2ke.html> Acesso em: 11/08/2020. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,estatuas-racistas-devem-ser-derrubadas-veja-o-que-dizem-historiadores,70003342049> Acesso em: 11/08/2020.



Em face da variedade de dados que se apresenta no quadro 1, antes de tentar responder as duas questões indicadas nos últimos parágrafos da sessão precedente – isto é, se a crise contemporânea da memória, pelo menos nesse caso, se traduziu na erupção de memórias silenciadas, e se é fato que as contestações após a morte de Floyd representam a luta de algumas dessas memórias subalternizadas – é preciso analisar o perfil geral das ações inventariadas.

Nesse sentido, logo à primeira vista, chamam a atenção na amostragem levantada – que, provavelmente, está incompleta, dado que nem todas as atividades contestatórias em nível mundial ganharam espaço na mídia – a difusão intercontinental de atos atrelados ao caso Floyd; os tipos e formas que eles assumiram; bem como a gama temática que perfazem.

Como se vê, a morte de Floyd foi muito rapidamente incorporada a um arco temático mais amplo, que ultrapassa, inclusive, o ataque à estátua de Bristol e outros monumentos associados ao racismo. O colonialismo e a violência que dele emanou, por exemplo, também entraram na ordem do dia, em vários lugares. Assim, ao mesmo

tempo em que se derrubava a estátua do traficante de escravos na Inglaterra, ataques e ameaças à representação visual de personagens preclaras como Cristóvão Colombo, símbolo do colonialismo europeu e da subjugação de povos, eram registrados em cidades dos Estados Unidos.

Além disso, se nota também que a investida violenta contra monumentos, forma que pareceu ser a única nos protestos, é apenas um dos tipos da manifestação popular no tocante ao caso. De fato, pichações de monumentos com cores fortes (vermelho em especial), ataques com paus, pedras, martelos e marretas, derrubada, decapitação, incêndio, destruição e até arremesso de estátuas em rios chamam a atenção pela ira descontrolada que comportam. Contudo, em diversos casos, também ocorreram atitudes pacíficas, como a solicitação coletiva, por meio de campanhas ou por abaixo-assinados, aos poderes públicos, pela retirada de monumentos associados a temas e personagens racistas, colonialistas e opressores de diversas naturezas. Isso se verificou, por exemplo, em Montreal, no Canadá, com o pedido de universitários pela remoção, em sua instituição, da estátua de James McGill, proprietário de escravos, e em Oxford, com a pressão estudantil pela retirada do monumento ao conquistador Cecil Rhodes de um dos prédios da universidade. Em algumas cidades estadunidenses, houve a remoção espontânea de efígies pela iniciativa de autoridades municipais.

No mesmo sentido, nomes de ruas e praças que homenageavam personalidades com esse perfil também foram questionados recentemente. No Brasil, por exemplo, o movimento “Porto Alegre contra o racismo na rua”, valeu-se da mobilização vigente mundo afora para chamar atenção às referências em logradouros da cidade a personagens associados ao racismo e ao autoritarismo, como Barão de Cotegipe, David Canabarro e Getúlio Vargas. Até mesmo o marketing de empresas tem se apressado em rever suas atitudes, como sinalizam os casos da cerveja Cafuza e da lã de aço Krespinha, no Brasil, e da farinha Jemima, nos Estados Unidos, que graças à pressão social resolveram retirar esses produtos de circulação ou, ao menos, reformular drasticamente sua forma de apresentação.

Por fim, o quadro 1 dá a entrever também que, com rápida velocidade, a chama contestatória se alastrou por três continentes.⁷ Em apenas alguns dias ou semanas, já

⁷ Não encontramos, nas informações levantadas até o momento, registros de protestos e ataques a monumentos na Ásia e na África.

aconteciam manifestações em pelo menos 35 cidades, espalhadas por 14 países. No Brasil, é conhecido o caso da contestação aos monumentos aos bandeirantes, dado que à memória deles se associa hoje a violência da interiorização da colonização contra os povos nativos. Bastou a menção à derrubada da estátua de Colston na Inglaterra para que o assunto voltasse à tona por aqui. Na Austrália, por sua vez, a efígie do navegador James Cook, tido como descobridor do continente, também foi atacada por manifestantes que relacionam à figura de Cook a violência e os crimes praticados na colonização. O rol de lugares ainda se amplia se incluirmos as ações na França contra Colbert, na Itália contra Indro Montanelli, em Praga contra Winston Churchill, na Nova Zelândia contra John Hamilton, e em outros diversos países.

Ora, conforme vai se analisando a riqueza das fontes dispostas, panoramicamente, no quadro 1, vão ficando claras também as respostas das duas principais questões que ainda restavam em aberto. Observando com atenção os elementos aparentemente aleatórios que destacamos do quadro – a extensão do arco temático das contestações, os tipos de protestos realizados, e a rápida e intercontinental difusão que os caracteriza –, restam poucas dúvidas de que: 1) há, nessa ocasião, uma memória enquadrada em turbulência e acometida pela erupção de memórias silenciadas que a atacam; 2) os protestos contra monumentos pela morte de Floyd, de fato, se converteram em uma luta de memórias há tempos silenciadas.

Sobre esta última afirmação e a identidade de quais memórias uniformizadas estamos falando, a resposta já está patente. Afinal, como se vê pela análise das fontes, em especial no que se refere ao leque temático dos protestos, as diferentes manifestações ocorridas após a morte de Floyd ultrapassaram em muito os sentidos particulares desta morte, que em si pouco ou nada tem a ver com a teoria da insurgência da memória. Percebida como um detonador, pelo forte apelo que possui, a luta por Floyd passou de uma causa singular a uma causa exemplar. Superou-se, inclusive, as disputas entre supremacistas brancos e grupos afro-americanos que desde ao menos 2015 vêm se confrontando nos Estados Unidos e encontrando nas estátuas um espaço simbólico de luta. Na realidade, a causa de Floyd tornou-se, muito rapidamente, a luta dos povos negros escravizados/explorados, mas também de outros povos colonizados e oprimidos no mundo moderno, que enfrentaram e continuam a enfrentar o racismo e as consequências deletérias do colonialismo – daí as investidas desferidas a personagens

aparentemente sem relações com a violência policial contra Floyd; a rápida e intercontinental difusão da causa; ou a variedade de tipos de contestação, em curto espaço de tempo. Em suma, a luta contra a violência policial nos Estados Unidos foi incorporada em outras lutas preexistentes.

Oprimidos no plano físico, esses grupos não o foram/são menos no campo da memória, onde suas lembranças restaram condenadas ao silêncio, à inferioridade, por séculos, para que as de seus algozes fossem proclamadas e permanecessem dominantes. Nesse cenário, sem forçar aproximações teóricas inexistentes, está visível nas fontes que o ataque a monumentos e demais referências visuais ou imagéticas de memória, na esteira da morte de Floyd, é, em sentido pleno, uma insurgência, uma irrupção, um grito dessas memórias silenciadas contra os pontos de referência remanescentes, os lugares de memória da opressão, em que, obviamente, não se viam representadas.

No ponto oposto, por sua vez, está a memória enquadrada que a estas silenciou secularmente, mas que hoje convive com a crise teorizada por Nora, que a impede de se manter hegemônica: a memória da modernidade ocidental,⁸ em suas facetas racistas e colonialistas. Como ocorreu com outras grandes narrativas organizadoras, também esta se viu acometida “[...] sob um novo impulso dessacralizante” (NORA, 1993, p. 12).

Indícios de sua crise são igualmente notórios nas fontes dispostas no quadro 1. Por muito tempo capaz de calar as minorias, essa memória foi atacada quase que instantaneamente em três continentes, da América à Europa e à Oceania. As memórias antes silenciadas por ela se uniram na série de atos e, mirando os seus pontos de referência visíveis e padronizadores, expuseram publicamente os seus limites, pondo abaixo, em muitos casos, essas referências como estátuas, monumentos, nomes de ruas e lugares tão diversos quanto os produtos comercializados. Não por acaso, figuras antes aparentemente intocáveis, como Cristóvão Colombo, se viram pichadas, derrubadas ou ao menos alvos de alguma forma de protesto.

Com base nisso, já nos parece claro que, em termos pollakianos, estamos diante da movimentação eloquente de memórias silenciadas, o que só se tornou

⁸ É possível entender a modernidade como “como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida”. Tal processo é comumente associado a um projeto de modernização do mundo propugnado pelo Iluminismo, que defendia que o aumento da eficácia e da autonomia “garantiria um controle ilimitado do homem sobre a natureza”. Tal projeto teria sido herdado por liberais e socialistas nos séculos seguintes (SILVA; SILVA, 2009, p. 297-299).

possível, no entanto, mediante a turbulência das grandes narrativas vividas nas últimas décadas, como teorizou Nora. Acreditamos, assim, restar explicitada a hipótese principal desse artigo. Uma última e importante questão atrelada a ela, entretanto, merece menção em epílogo.

OS DESTINOS DE UMA DISPUTA MEMORIAL POR FORMAS MAIS DEMOCRÁTICAS DE EXISTÊNCIA

Arrematando as análises deste artigo, é preciso observar que esse movimento de crise de memórias enquadradas e erupção de memórias silenciadas que tratamos aqui segue em curso, a pleno vapor, como uma história do tempo presente que é.⁹

Neste ponto, ao que parece, chegamos ao limite das teorias de Pollak e Nora, que se, de fato, são precisas para explicar as disputas de memória envolvidas na onda contestatória atada a morte de Floyd, nos conduzem, entretanto, à uma encruzilhada, no que se refere aos destinos dessa ebulição em andamento. Para Pollak, a erupção de memórias silenciadas conduz à reestruturação ou à decadência dessas memórias enquadradas. Nora, por sua vez, trata da crise das memórias como um fim; a vê pelo prisma da emergência dos lugares de memória, que a sucedem. No caso em tela, porém, até agora não aconteceu nem fim, nem reestruturação dessa memória coletiva contestada.

Aliás, Nora, quando proclamou o “fim da memória”, talvez, tenha subestimado um pouco o poder de resistência de algumas delas. Sem dúvida, limitadas e desnudadas por fatores diversos, as memórias coletivas erigidas em bases racistas, colonialistas e que glorificam, sem avaliar as falhas da civilização ocidental moderna (BALLESTRIN, 2013), têm forças ainda o bastante para, velada ou descaradamente, defender o enquadramento realizado, ante os riscos, para os dominantes, de sua dissolução.

O presidente estadunidense Donald Trump, nesse sentido, bem exemplifica tal postura. Afinal, apressou-se em tratar como vandalismo as investidas contra monumentos em seus país, guarnecendo-os e defendendo-os publicamente contra os manifestantes, que continuam por ele sendo hostilizados. O exemplo da defesa dos

⁹ Há diversos pressupostos teórico-metodológicos embutidos na chamada história do tempo presente, que procurou-se observar na construção desse texto. Sobre isso ver: Hobsbawm (1998) e Rousso (2009), entre outros.

monumentos aos confederados, que pelo sul escravista combateram o norte do país na Guerra Civil Americana (1861-1865), é apenas um dos muitos que poderiam ser citados. Em discurso na véspera do Dia da Independência dos Estados Unidos, Trump chegou a dizer que:

A nossa nação está a testemunhar uma campanha implacável para apagar a nossa história, difamar os nossos heróis, apagar os nossos valores e doutrinar os nossos filhos.

[...] Multidões furiosas estão a tentar derrubar as estátuas dos nossos fundadores, desfigurar os nossos monumentos mais sagrados e desencadear uma onda de crimes violentos nas nossas cidades.

[...] Não vamos ser tiranizados, não seremos humilhados e não seremos intimidados por pessoas más. (TRUMP, 03/07/2020).¹⁰

Com efeito, reações conservadoras como a de Trump têm se sucedido às irrupções e contestações populares mundo afora hoje. Basta um breve olhar sobre as defesas veementes dos monumentos contestados após a morte de Floyd para se ter ideia disso.

Entretanto, embora sejam veementes e, às vezes, truculentas, não nos parece que essas reações serão suficientes para sanar a crise contemporânea da memória que ao longo do artigo comentamos e calar, novamente, as minorias que agora gritam. A julgar pelos aportes teóricos da antropologia e dos estudos culturais, o caminho possivelmente será outro. A descrença crescente nas grandes narrativas organizadoras do mundo contemporâneo, em que se inclui a modernidade, com suas facetas racistas e colonialistas, indica no sentido de que outras formas de ver e organizar o passado e a memória coletiva, de fato, estão surgindo.

A antropóloga alemã Aleida Assmann, nesse sentido, bem notou a direção desse movimento. Divergindo de Nora, ela acredita que a crise atual não representa um “fim da memória”. O que ocorre, em seu entendimento, é que:

Enquanto certos tipos de memória se retraem [...] outras formas ganham claramente importância [...]. Hoje se contrapõem à síntese abstrata de uma história em particular as muitas memórias diferentes e parcialmente conflitantes que tornam efetivo seu direito de reconhecimento na sociedade. Ninguém pode negar que essas

¹⁰ Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/07/04/mundo/noticia/dia-independencia-trump-defende-monumentos-estatuas-ataca-revolucao-cultural-esquerda-1923060> Acesso em: 11/08/2020.

memórias se tornaram uma parte vital da cultura atual, com suas experiências e reivindicações tão próprias. (ASSMANN, 2011, p. 20).

O que seriam essas memórias “diferentes” e “conflitantes” que hoje “tornam efetivo seu direito de reconhecimento na sociedade”, senão aquelas por muito tempo silenciadas, como as dos diferentes povos subjugados pelo colonialismo e o racismo, uniformizadas por uma “história em particular”, como a da modernidade ocidental, que hoje está em crise de sustentação? Conforme Assmann, o presente pertence a essas memórias “conflitantes”.

Ainda mais cético quanto à possibilidade desse movimento da memória, que comentamos, refluir para formas mais conservadoras é Candau, que chega a afirmar que:

[...] aceitar ter que fazer escolhas em nossas heranças; reconhecer que a totalidade das memórias nos é inacessível, admitir nossa radical individualidade e a impossibilidade definitiva de um compartilhamento absoluto com o Outro é, talvez, a única maneira de reconstruir as memórias que não serão mais hegemônicas, mas pelo menos sólidas e organizadoras de um laço social em condições de repudiar toda ideia de submissão (2016, p. 195).

Por isso, reler a memória há tanto tempo escrita em monumentos, esses pontos de referência visuais da memória enquadrada, se tornou tão importante e urgente na onda contestatória que se seguiu à morte de Floyd. Trata-se de quebrar hoje mais alguns elos da corrente aprisionadora. Só assim, mudando definitivamente fronteiras, coesões e identidades que caracterizaram a modernidade, será possível alcançar no presente formas mais democráticas de existência para esses povos historicamente vilipendiados.

Também por isso, os debates que mobilizaram especialistas e tomaram conta da mídia, acerca do direito de destruir monumentos e de possíveis destinos para as efígies contestadas, não podem perder de vista essa disputa que está em curso. Se é necessário pensar com cuidado sobre a violência envolvida nos atos e sobre as possíveis consequências da supressão desses monumentos para a memória dos crimes cometidos pelas personagens contestadas, a crítica desferida não pode resultar em paralisia ou na manutenção dos *status quo*, o que implica em tomar o partido da opressão.

De toda sorte, com o apoio ou não da crítica acadêmica, os embates dessas memórias minoritárias terão que ser diários. Afinal, o adversário a ser, enfim, batido

não é nada menos do que uma das mais poderosas narrativas norteadoras do mundo contemporâneo e dos que sobre ele se fizeram dominantes.

Nesse cenário, as imagens marcantes e distintas entre si da morte agônica de George Floyd e da derrubada incendiária da estátua de Edward Colston – aqui exploradas apenas sob o prisma dos significados que possuem para as disputas de memória que as sucederam –, de fato, são representativas dos destinos da democracia no mundo contemporâneo, uma vez que desnudam, com o forte potencial mobilizador que possuem, os séculos de opressão do racismo e do colonialismo que, anacrônicos, ainda anseiam por continuar dominantes, ante o grito dos oprimidos por seu direito de reconhecimento (nas leis e na paisagem urbana), por seu direito de respirar, por seu direito de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.11, p.89-117, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/9180/6893> Acesso em 31/10/18.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

ENDERS, Armelle. Les Lieux de Mémoire, dez anos depois. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 6, p. 132-137, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. SP: Centauro, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. O presente como história. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.315-331.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória? **Escritos**. **Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 223-235, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, p.200-212,1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henri. Sobre a História do tempo presente. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis: UESC, v. 1, n. 1, p. 201-216, 2009.

ROUSSO, Henry. Vichy, le grand fossé. **Vingtième Siècle - Revue d'histoire**, Paris, vol. 5, nº.1, p.55-80, 1985.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2009.

RECEBIDO EM: 28/08/2020

PARECER DADO EM: 30/10/2020



www.revistafenix.pro.br